



## BOLETIM INFORMATIVO – JULHO 2015

**Edição nº. 09 - Ano 21 - CRC/RS 3.112**

### **CADASTRO NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS (CNIR)**

Acordo firmado entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vai assegurar a implantação de cadastro nacional com informações sobre os imóveis rurais. A iniciativa vai melhorar a gestão fundiária e tributária do território brasileiro. Para isso, Receita Federal e Incra firmaram Acordo de Cooperação Técnica, assinado nesta segunda-feira (22), em Brasília.

O resultado dessa cooperação será o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) que integrará os bancos de dados dos dois órgãos com o objetivo de melhorar o conhecimento da estrutura fundiária e proporcionar maior segurança jurídica aos negócios imobiliários realizados no país.

A unificação do cadastro vai gerar nova base de dados com informações fidedignas, integradas e permanentemente atualizadas, permitindo identificar com segurança e consistência a realidade da malha de imóveis rurais do país.

O CNIR será gerenciado conjuntamente pela Receita Federal e Incra e será compartilhado por outras instituições públicas federais e estaduais usuárias e produtoras de informações sobre o meio rural brasileiro responsáveis pela gestão da malha fundiária brasileira. O sistema será ferramenta importante para o planejamento e para a execução de políticas públicas relacionadas com as questões fundiária, fiscal e ambiental.

Para o Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, o cadastro nacional será ferramenta estratégica de governança fundiária, que contribuirá para o desenvolvimento de políticas específicas para o meio rural. “Os órgãos governamentais possuem cadastros temáticos que não estão integrados e obrigam os produtores rurais a declararem mais de uma vez as mesmas informações. O CNIR vai unificar os cadastros e autenticar as informações declaradas, conferindo maior consistência, uniformidade e integridade aos dados.”

Para a Receita Federal do Brasil, o CNIR melhorará os instrumentos de gestão sobre tributos internos e controles aduaneiros. Constitui uma das frentes de atuação do programa de modernização dos cadastros de pessoas físicas, jurídicas, previdenciárias e de imóveis. Favorecerá expressiva redução das obrigações acessórias a serem prestadas por todos os titulares de imóveis rurais, com evidentes benefícios a toda a rede do agronegócio e da agricultura familiar do Brasil. Constitui exemplo de iniciativa de ação integrada do Estado brasileiro, com evidentes ganhos de qualidade da informação e redução dos custos de obtenção e manutenção.

O primeiro produto do Acordo de Cooperação Técnica a ser implantado será o Portal Cadastro Rural, canal de consulta e atualização de informações relacionadas aos imóveis rurais. O Portal, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), será lançado nos próximos dias e possibilitará aos produtores rurais e agricultores familiares o acesso a informações e a serviços de diferentes órgãos.

O portal será o principal canal para declaração de informações sobre os imóveis rurais à Receita Federal e ao Incra. Os dados declarados serão vinculados para a implantação do cadastro nacional em 2016 com a adoção de identificação única para as propriedades.

## MEDIDA PROVISÓRIA EDITADA PELO GOVERNO MANTÉM A FÓRMULA "85/95", MAS PREVÊ UM AUMENTO PROGRESSIVO A PARTIR DE 2017, ATRASANDO O ACESSO AO BENEFÍCIO

**Fórmula proposta pelo governo considera o aumento da expectativa de vida do brasileiro.**

Após vetar a mudança no fator previdenciário, aprovada no Congresso, a presidente Dilma Rousseff editou uma medida provisória com uma proposta alternativa para o cálculo da aposentadoria. O texto da MP 676 mantém a fórmula "85/95", que considera a soma da idade e do tempo de contribuição para mulheres e homens, respectivamente, mas prevê um aumento progressivo a partir de 2017, que retarda o acesso ao benefício. Dentro da fórmula, o tempo mínimo de contribuição para homens é de 35 anos e, para as mulheres, de 30 anos. As novas regras valem desde o dia 18/06, quinta-feira, mas precisam passar pela aprovação dos parlamentares para serem incorporadas à lei.

### **Entenda as fórmulas para o cálculo da aposentadoria:**

O dispositivo prevê que a fórmula seja aumentada em um ponto nas seguintes datas: 1º de janeiro de 2017, 1º de janeiro de 2019, 1º de janeiro de 2020, 1º de janeiro de 2021 e 1º de janeiro de 2022. Com isso, em 2022, a fórmula chegará a 90/100. Na prática, isso significa que o acesso à aposentadoria integral ficará mais difícil em relação à fórmula aprovada pelo Congresso, acompanhando o aumento da expectativa de vida dos brasileiros. Por exemplo: um homem que queira se aposentar com o salário integral (que não pode ultrapassar 4.466 reais em valores correntes) em 2022, e que tenha completado 35 anos de contribuição aos 55 anos de idade, terá de trabalhar mais cinco anos para conseguir cumprir os requisitos do fator e receber o valor completo: só assim, a soma das duas variáveis chegará a 100 (40 anos de contribuição e 60 anos de idade). Isso não impede que o contribuinte se aposente antes. Contudo, ele não receberá a aposentadoria integral.

Para justificar os motivos do veto, o ministro da Previdência explicou que a população brasileira está vivendo mais, ao mesmo tempo em que a taxa de fecundidade das mulheres está diminuindo. "Para a sociedade, isso significa que teremos menos pessoas trabalhando e contribuindo em relação às pessoas idosas. É lógico que isso pressiona as contas da Previdência Social", afirmou Gabas. "É uma medida que dialoga muito bem com o Congresso, dá uma estabilidade, fixa por um longo período condições que podem ser muito estáveis", disse o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

**Fator** - O fator previdenciário, criado em 1999, é uma fórmula que tem o objetivo de reduzir os benefícios baseados nas aposentadorias por tempo de contribuição e por idade. Afeta quem se aposenta antes de atingir 65 anos (nos casos de homens) ou 60 anos (mulheres). Dessa forma, incentiva o contribuinte a trabalhar por mais tempo.

### **Regra 85/95 Progressiva**

O fator previdenciário não será aplicado quando o resultado soma de idade + tempo de contribuição for maior ou igual a:

Mulher	Homem	
85	95	até dez/16
86	96	de jan/17 a dez/18
87	97	de jan/19 a dez/19
88	98	de jan/20 a dez/20
89	99	de jan/21 a dez/21
90	100	de jan/22 em diante

## DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS DE FORMA DESPROPORCIONAL NAS SOCIEDADES LIMITADAS

Uma das características da sociedade limitada é a contratualidade, ou seja, as relações entre os sócios podem pautar-se nas disposições de vontade destes, sem maiores rigores. Sendo a sociedade limitada contratual, a margem para negociações entre os sócios é maior.

Nesse aspecto, o Código Civil Brasileiro permite que os sócios da sociedade limitada contratem a proporção que caberá a cada um na distribuição dos lucros, razão pela qual a distribuição dos lucros não precisa ser proporcional às quotas dos sócios.

De fato, dispõe o artigo 1.007 mencionado, que *“salvo estipulação em contrário, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas (...)”*.

Disto se depreende que o Código Civil aceita e legitima a distribuição desproporcional à participação de cada sócio no capital social, desde que todos recebam parcela do lucro.

Na sociedade limitada, a política de distribuição dos lucros pode ser transacionada de acordo com a vontade dos sócios, preferencialmente, por meio de cláusula do contrato social, o que evita questionamentos, ainda mais se o contrato social eleger a aplicação supletiva da Lei das SA.

Além disso, Departamento Nacional do Registro do Comércio (“DNRC”) deixa claro que concorda com a estipulação livre dos sócios sobre a distribuição dos lucros na limitada, por força do artigo 997, VII do Código Civil que estabelece: *“a sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas”*.

Nesse aspecto, a Receita Federal já emitiu solução de consulta mencionando que: *“Estão abrangidos pela isenção os lucros distribuídos aos sócios de forma desproporcional à sua participação no capital social, desde que tal distribuição esteja devidamente estipulada pelas partes no contrato social, em conformidade com a legislação societária”*.

Na mesma solução de consulta, ficou consignado que não incide a contribuição previdenciária sobre os lucros distribuídos aos sócios *“quando houver discriminação entre a remuneração decorrente do trabalho (pró labore) e a proveniente do capital social (lucro) e tratar-se de resultado já apurado por meio de demonstração do resultado do exercício.- DRE”* e que, também *“estão abrangidos pela não incidência os lucros distribuídos aos sócios de forma desproporcional à sua participação no capital social, desde que tal distribuição esteja devidamente estipulada pelas partes no contrato social, em conformidade com a legislação societária”*.

## CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS: ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão-de-obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, estão sujeitos a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, conforme disciplina o art. 30 da lei 10.833/2003.

Contudo, com a publicação da Lei 13.137/2015 (D.O.U. de 22/06/2015), **foram alteradas as regras no que se refere ao valor mínimo para retenção na fonte, onde, a legislação anterior previa a dispensada para os pagamentos de valor igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), passando para a dispensa da retenção de valor igual ou inferior a R\$ 10,00 (dez reais)**, exceto na hipótese de Documento de Arrecadação de Receitas Federais–DARF eletrônico efetuado por meio do Siafi.

Ainda, foi alterada a data para recolhimento dos valores retidos no mês, na forma dos arts. 30, 33 e 34 da Lei 10.833/2003, que deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional pelo órgão público que efetuar a retenção ou, de forma centralizada, pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente àquele mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica fornecedora dos bens ou prestadora do serviço.



## Agenda das Principais Obrigações Julho/2015



DIAS	COMPROMISSOS
01/07	<b>Envio das notas fiscais, documentos de caixa e recibos de autônomos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa para encerramento do mês de junho 2015</b>
06/07	SALÁRIOS - JUNHO
07/07	GFIP - JUNHO
09/07	ICMS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA (Demais produtos) - JUNHO
13/07	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 01 a 10/07/2015</b>
13/07	ICMS - COMÉRCIO - JUNHO
15/07	ISSQN - JUNHO GPS - CONTRIBUINTE INDIVIDUAL
20/07	GPS - JUNHO IMPOSTO SIMPLES NACIONAL - JUNHO ICMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES - JUNHO ICMS - INDÚSTRIA - JUNHO ICMS - DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA - SIMPLES NACIONAL - MAIO
21/07	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 11 a 20/07/2015</b>
24/07	<b>Envio dos dados para encerramento da folha de pagamento: registro de empregados, alterações de salário, faltas e descontos, recibos de autônomos e notas fiscais cooperativas, referente julho 2015</b>
24/07	IPI - INDÚSTRIA - MODALIDADE GERAL - JUNHO COFINS - JUNHO PIS - JUNHO ICMS - ÚLTIMOS SETORES INCLUÍDOS NA SUBST. TRIBUTÁRIA - MAIO
31/07	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - JUNHO - ESTIMATIVA IRPJ - JUNHO - ESTIMATIVA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - LUCRO PRESUMIDO - 2º TRIMESTRE/2014 IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - 2º TRIMESTRE/2014
03/08	<b>Envio das notas fiscais, dos documentos de caixa, de bancos, impostos e contribuições pagos pela sua empresa referente o período de 21 a 31/07/2015</b>



Curta nossa página no Facebook:

**VISAO CONTABILIDADE VILLAGIO IGUATEMI 54 30264600**

**Visão Contabilidade - Competência e Credibilidade**